

Juliana Helena de Lima Alves

A saída do Reino Unido da União Europeia: um dilema sobre as consequências econômicas e políticas

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília - UnB

Professor Dr. Eiiti Sato

Brasília, 2015

A saída do Reino Unido da União Europeia: um dilema sobre as consequências econômicas e políticas

Resumo

No contexto da política internacional contemporânea, é importante entender quais motivações e consequências da saída de um Estado-Membro, como o Reino Unido da União Europeia (UE). Por meio da apresentação da história da criação e da estrutura da União Europeia, do contexto político da época e do processo de entrada do Reino Unido como Estado-Membro da EU, foi apresentada a análise do histórico e da conjuntura atual do Reino Unido no bloco europeu e as principais consequências econômicas e comerciais para Estado e para a União Europeia. Através do estudo de diversos autores e pesquisadores da política internacional contemporânea, pode-se concluir que tal saída poderia gerar implicações tanto positivas para o Reino Unido, quanto negativas, em matéria econômica, comercial e política.

Abstract

In the context of contemporary international politics, it is important to understand what are the motivations and consequences of the exit of a Member State, such as the United Kingdom from the European Union (EU). Through the presentation of the story of creation and the structure of the European Union, the political context of that time and the process of the United Kingdom to become a EU Member State was presented by the analysis of the historical and current situation of the UK in the European bloc and the major economic and commercial consequences for the State and for the European Union. By the study of several authors and researchers of contemporary international politics, one can conclude that such exit could generate both positive and negative implications for the UK, in economic, commercial and political matters.

Palavras-chave: Reino Unido, União Europeia, Política Internacional Contemporânea

Sumário

Introdução.....	4
Marcos teóricos.....	5
Objetivos	7
Objetivo Geral.....	7
Objetivos específicos.....	7
A União Europeia	8
O Reino Unido e a União Europeia	9
A saída do Reino Unido - <i>Brexit</i>	11
A Reforma da União Europeia.....	12
Implicações da saída para o Reino Unido e para a UE	13
Impacto Econômico.....	13
Impacto Comercial	15
Impacto Político	18
Conclusão	19
Referências	20

Introdução

Em um contexto atual conturbado para a União Europeia (UE), no qual a Grécia e o Reino Unido sugerem a possibilidade de saída do bloco, é importante entender quais as consequências da saída de tais Estados, e talvez de outros, em matéria econômica e comercial.

Ninguém no Reino Unido com idade inferior a 58 anos participou de uma votação sobre sua adesão à UE, visto que o primeiro e único referendo ocorreu em 1975. O Reino Unido é hoje um dos membros menos entusiastas quanto à união forte dos 27 Estados, especialmente devido a uma série de medidas que levaram a uma integração mais profunda. A maioria dos eleitores em uma recente enquete do *Observer/Opinium*¹ opinou que o Reino Unido deveria sair. Os 17 membros da zona euro dificilmente avançarão em uma maior integração nos próximos anos, levantando questões sobre a posição dos 10 membros que estão fora da zona do euro e são liderados pelo Reino Unido.

David Cameron, primeiro-ministro do Reino Unido, acredita que a adesão do Reino Unido na EU apenas poderá estar estabelecida através de um novo acordo, pelo qual alguns poderes seriam repatriados de Bruxelas de volta ao Reino Unido. Ele buscará um mandato de negociação no manifesto eleitoral geral conservador e os novos termos seriam colocados a voto aos eleitores em um referendo². Cameron se vê agindo de acordo com o interesse nacional por avançar com o objetivo de ter uma posição estabelecida na UE. Há também um interesse político, já que a grande maioria dos Membros do Parlamento do partido *Tory*, partido conservador, querem um referendo.

A Grã-Bretanha inicialmente rejeitou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), consagrada no Tratado de Roma em 1957³, com o fundamento de que o Reino Unido era um poder global com horizontes para além do continente europeu.

¹ THE GUARDIAN (2012). EU referendum Poll. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2012/nov/17/eu-referendum-poll>>. Acesso em Outubro de 2015.

² THE TELEGRAPH (2013). David Cameron's speech in full. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/eu/9820230/David-Camerons-EU-speech-in-full.html>>. Acesso em Agosto de 2015.

³ EUR-LEX (1957). Tratado de Roma. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:xy0023>>. Acesso em Setembro de 2015.

Quando a Grã-Bretanha solicitou a adesão, em 1963, o então presidente francês, Charles de Gaulle, negou, uma visão que se repetiu em 1967, com o fundamento de que a Inglaterra era hostil à integração europeia. Uma maneira de descrever essa relação seria dizer que o Reino Unido sempre foi um parceiro da Europa sem ser um participante completo nele. Afinal de contas, até a segunda metade do século 20, a Grã-Bretanha ainda tinha o governo sobre vastas extensões do globo muito longe da Europa. Tornar-se europeu poderia ser visto como uma reação a deixar de ser imperial, ou pelo menos para o afrouxamento dos laços com a crescente *Commonwealth*. Apesar disso, em Janeiro de 1973, o Reino Unido finalmente se juntou a um mercado comum da CEE⁴.

Marcos teóricos

Para compreender tal contexto, é essencial o estudo das teorias e marcos das relações internacionais, através da análise a trajetória dos Estados no bloco europeu, quais argumentos justificaram a integração regional e como se constituem as relações entre os países soberanos do bloco e fora dele. Assim, é inerente a necessidade básica da aplicação de perspectivas teóricas tradicionais e das novas abordagens teóricas das relações internacionais para o aprimoramento do estudo e conclusão do artigo.

De acordo com Pollack (2015), a integração europeia passou por diversas fases de teorias das Relações Internacionais, em diferentes períodos da história. Dentre as citadas por ele, destacam-se o Construtivismo e o Realismo Político.

Na base do argumento construtivista está a ideia de que a realidade é ‘socialmente construída’; as estruturas são definidas, sobretudo, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; e as identidades e os interesses dos atores são construídos por tais ideias compartilhadas. O construtivismo, portanto, pode ser aplicado na conjuntura da União Europeia (UE), visto que as instituições europeias são formadas, não apenas do

⁴ EUR-LEX (1972). Tratado de adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11972B/TXT>>. Acesso em Outubro de 2015.

comportamento dos Estados membros, mas também de suas preferências distintas e identidades únicas. (Pollack, 2015) ⁵.

Para Jatobá (2013) o construtivismo social classifica-se em três vertentes principais: o neoclássico; o orientado por regras; e o neoconstrutivismo positivista. O último, apresentado anteriormente também por Alexander Wendt, expõe as teorias sociais, argumentando que os Estados são atores intencionais, pelos quais as identidades e interesses são partes importantes, determinadas pelas políticas domésticas e não pelo sistema internacional. (Wendt, 1999) ⁶.

Os três conceitos de cultura de anarquia de Wendt são importantes para identificar as ações e decisões de Estados dentro de um bloco econômico, como os casos da Grécia e do Reino Unido dentro da UE. O primeiro conceito, da cultura Hobbesiana, é caracterizado pela inimizade pura entre Estados. O segundo, da cultura Lockeana, pela rivalidade. Finalmente, o terceiro, da cultura Kantiana, pela amizade.

A cultura Hobbesiana dificilmente seria aplicada no contexto de integração da UE, visto que não há estado de guerra endêmico e ilimitado, nem eliminação dos Estados que não se adequam à sua lógica (Jatobá, 2013) ⁷ – há, ao contrário, um debate e busca pela continuidade dos Estados agrupados pelo bloco. A cultura Lockeana caberia pouco, mas de certa forma, no contexto do bloco econômico, visto que há respeito à soberania entre Estados e, em teoria, há estabilidade da instituição do equilíbrio de poder. Porém, não por completo, já que não há legitimidade da guerra. Já a Kantiana, pode ser vista como base da cultura do bloco europeu, sendo que as regras da não violência e da assistência mútua (Jatobá, 2013) pressupõem a essência da União Europeia e são requisitos para a continuidade de sua existência.

Pollack também menciona o caráter realista presente no contexto da União Europeia. Para Jatobá, o realismo, conceito tradicional das relações internacionais, pode ser dividido em clássico, estrutural e contemporâneo. Cabe aqui, de acordo com Pollack, analisar somente as perspectivas contemporâneas,

⁵ POLLACK, Mark, Wallace, H , Young, A. (2015). Policy-making in the European Union. Seventh Edition, Oxford: Oxford Press.

⁶ WENDT, Alexander (1999). Social Theory of International Politics. Cambridge: Cambridge University Press.

⁷ JATOBÁ, Daniel (2013). Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Saraiva

visto que para os realistas clássicos, o sistema de integração é uma incoerência histórica (Pollack, 2015).

Dentro dos novos debates realistas se encontram o realismo defensivo, o ofensivo e o neoclássico (Jatobá, 2013). O realismo defensivo pode ser usado como argumento para uma possível saída de um Estado de um bloco econômico, visto que, dadas ameaças econômicas que podem nascer em um bloco, um Estado pode buscar sua defesa através do desligamento. Cabe também a teoria ofensiva, sendo que as grandes potências têm papel fundamental nos blocos econômicos como detentores do poder e da segurança. Finalmente, a teoria neoclássica é a que mais se enquadra na possível saída, já que fatores domésticos influenciam diretamente na tomada de decisão de política externa.

Por fim, países como Grécia e Reino Unido podem atuar de diversas formas no cenário internacional e regional, visto as diferentes vertentes e orientações que podem tomar, de acordo com as teorias apresentadas anteriormente. Esta análise agrega, portanto, a base teórica para o estudo aprofundado dos fatores das relações internacionais que explicariam as consequências da saída de blocos econômicos.

Objetivos

Objetivo Geral

Avaliar quais as consequências comerciais, econômicas e políticas da saída de um Estado-Membro de um bloco econômico como a União Europeia, com base na conjuntura atual do Reino Unido.

Objetivos específicos

- a. Compreender a dinâmica de blocos econômicos, em matéria econômica e política, especialmente da União Europeia;
- b. Analisar o histórico e a conjuntura atual do Reino Unido no bloco europeu;

- c. Explicar quais as consequências econômicas, comerciais e políticas para o Reino Unido e para a União Europeia da saída do Estado de tal bloco.

A União Europeia

A União Europeia tem suas raízes no acordo de 1951, que constituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA) ⁸, assinado pela França, Alemanha e outros quatro países para reunir suprimentos de carvão e de aço, com o objetivo de acabar com rivalidades seculares. Do carvão e do aço, a União Europeia entrou em existência em julho de 1952. Como o Tratado de Roma, a criação de um mercado comum foi assinada cinco anos mais tarde.

Em 1993, os líderes da UE adotaram os chamados Critérios de Copenhaga ⁹, que estabeleciam normas que todos os países futuros candidatos devem satisfazer para se tornarem membros, na temática da democracia, dos direitos humanos, do Estado de direito, da proteção das minorias e do controle civil sobre os militares.

A primeira ampliação do bloco ocorreu em 1973, trazendo a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido como novos membros. A Grécia tornou-se o 10º membro em janeiro de 1981, Espanha e Portugal aderiram em Janeiro de 1986. A Alemanha Oriental tornou-se parte quando a Alemanha foi reunificada formalmente em 3 de Outubro de 1990. Áustria, Finlândia e Suécia aderiram em 1995. Oito países da Europa Central e Oriental - a República Checa, Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Polônia, Eslovênia e Eslováquia - aderiram à UE, pondo termo à divisão do pós-guerra da Europa. Chipre e Malta também se tornam membros em o que tem sido a maior ampliação da UE. A Romênia e a Bulgária aderiram à UE em 2007 e a Croácia tornou-se o mais novo membro em 2013. Cinco estados são países candidatos e estão no processo de integração da legislação comunitária para o direito nacional: Turquia, Sérvia, Montenegro, Macedônia e Islândia.

⁸ EUR-LEX (1951). Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:xy0022>>. Acesso em Outubro de 2015.

⁹ EUROPEAN COMMISSION. Critérios de Copenhaga. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_DOC-93-3_en.htm?locale=en>. Acesso em Outubro de 2015.

Atualmente a União Europeia apresenta 28 membros, com uma população combinada de mais de 500 milhões de pessoas. O bloco promove a integração econômica e política da Europa, através de:

- Uma moeda comum;
- Livre circulação entre os Estados-Membros;
- Negociação de mercado sem fronteiras;
- Ampliação;
- Desenvolvimento da política comum externa e de segurança;

O Reino Unido e a União Europeia

A formação da União Europeia teve a sua origem a partir de 1945, no desejo de atar as nações da Europa tão juntas que nunca mais poderiam causar tais danos uns nos outros. Winston Churchill apoiou plenamente essa ideia, propondo para a Europa "uma estrutura em que se pode viver em paz, em segurança e em liberdade. uma espécie de Estados Unidos da Europa"¹⁰. Porém como a Comunidade Europeia Carvão e do Aço foi forjada em 1951, a Grã-Bretanha ficou de lado; e ele recusou um convite para se juntar aos seis países fundadores da Comunidade Econômica Europeia com a assinatura do Tratado de Roma em 1957.

Com a sua própria economia em um impasse, a Grã-Bretanha viu a França e a Alemanha passarem por uma forte recuperação pós-guerra, formando uma aliança poderosa, e mudou de ideia. O Estado se candidata à adesão à CEE em 1961, somente para entrada e foi ser vetado - duas vezes - pelo presidente francês Charles de Gaulle, que interpôs enormes obstáculos ao avanço comunitário, devidos tanto ao nacionalismo quanto a animosidades em relação ao Reino Unido¹¹.

O primeiro-ministro conservador Edward Heath, finalmente, levou a Grã-Bretanha à CEE em 1973, após de Gaulle deixar o cargo. Quando a participação

¹⁰ EUROPEAN COMMISSION. Winston Churchill: calling for a United States of Europe Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_en.pdf>. Acesso em Outubro de 2015.

¹¹ MALLMANN, Maria Izabel (2007). Tratado de Roma, 50 anos. Brasília: Meridiano 47.

foi submetida a um referendo em 1975, teve o apoio dos três principais partidos da Grã-Bretanha e de todos os seus jornais nacionais. O resultado foi retumbante - com mais de 67% de votos a favor. Mas isso não acabou com o debate. Não houve estímulo econômico imediato - greves e cortes de energia continuaram, e os preços do petróleo causaram inflação de dois dígitos¹².

Na década de 1970, os conservadores apoiaram a adesão britânica, embora houvesse alguma oposição à direita do partido. A oposição mais concertada veio da esquerda do Partido Trabalhista, liderado por Tony Benn e Michael Foot¹³.

Em 1984, Margaret Thatcher corrigiu o que era visto como uma injustiça, negociando um desconto permanente para o Reino Unido sobre as suas contribuições da Comunidade Europeia, como era chamada na época, visto que recebia muito menos subsídios agrícolas que alguns outros países, nomeadamente a França.

A década de 1980 presenciou uma divisão crescente entre o Reino Unido e Bruxelas, onde o socialista Jacques Delors tinha tomado o poder da Comissão Europeia e estava dirigindo rumo a uma Europa mais federal e de moeda única.

A chamada “Quarta-feira Negra” foi um dos pontos mais baixos em relação do Reino Unido com a Europa. Depois de não conseguir afastar a especulação cambial intensa, o Chanceler do Tesouro, Norman Lamont, foi forçado a anunciar a retirada da Grã-Bretanha do Mecanismo de Taxas de Câmbio em 16 de setembro de 1992.

Margaret Thatcher tinha sido incapaz de parar a marcha de Europa para uma união política, e já havia ido embora ao momento em que o Tratado de Maastricht foi assinado por seu sucessor John Major, em 1992¹⁴. Tal envolveu enormes transferências de poder para a nova União Europeia. O Reino Unido garantiu derrogações da moeda única e do capítulo social. Mas para os críticos ao tratado - incluindo muitos rebeldes conservadores - tal difundia-se da tradição britânica da soberania inviolável do parlamento.

¹² OWEN, Jone (2014). Ascensão do nacionalismo no Reino Unido. Indignação social, voto à direita. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil - Ed. 88.

¹³ CRINES, Andrew (2011). Michael Foot and the Labour leadership. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars.

¹⁴ EUR-LEX (1993). Tratado de Maastricht. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026>>. Acesso em Setembro de 2015.

Tony Blair seguiu uma vitória eleitoral esmagadora em 1997 pela rápida aplicação das remendas na Europa. Ele incluiu o Reino Unido ao capítulo social, oferecendo algumas das proteções sociais muito cobiçadas pela esquerda, e ajustando sua visão quanto ao euro. Porém, a economia do Reino Unido estava indo bem, assim o apoio à entrada do euro não foi generalizado, e o Chanceler Gordon Brown colocou os planos em espera.

A crise do euro botou fim a qualquer perspectiva do Reino Unido na adoção da moeda única, e talvez tenha alimentado o eurocepticismo que agora, aparentemente, transparece fortemente através de partes do Partido Conservador e do público em geral.

Em dezembro de 2011, como líderes da UE tentaram resolver os seus problemas através de um tratado que estabeleceria novas regras orçamentais, David Cameron exigiu isenções e, em seguida, vetou o acordo. Para os críticos, este ato deixou o Reino Unido à deriva, mas encantou os eurocépticos e encorajou-os a exigir mais. Logo, o primeiro-ministro prometeu um referendo sobre a adesão britânica. Desde então a questão política mais insalubre do Reino Unido está de volta ao centro do palco.

A saída do Reino Unido - *Brexit*

Diferentemente da Grande Depressão dos anos 1930, os governos de hoje, em sua maioria, resistem à tentação de erguer novas barreiras comerciais, como por exemplo, não ocorreu na crise financeira global de 2008-09. Como consequência, embora o comércio mundial tenha caído durante a recessão, ele se recuperou rapidamente e ajudou a sustentar o crescimento da economia mundial em dificuldades. Porém, há grande preocupação sobre a direção da política comercial do Reino Unido, decorrentes da incerteza em torno suas futuras relações com a União Europeia (UE).

Os conservadores estão empenhados em assegurar um referendo “fica-ou-sai” sobre a adesão até 2017. O Partido dos Trabalhadores e os Liberais Democratas se opuseram a isso, mas o Partido de Independência do Reino Unido, UKIP, tiraria o Reino Unido imediatamente do bloco.

Embora as consequências políticas de deixar a UE (a chamada *Brexit*) são muito debatidas, menos atenção é dada às consequências econômicas. Como iria a *Brexit* afetar a economia do Reino Unido e os rendimentos dos cidadãos do Reino Unido? Quantificar os efeitos precisos de sair da UE é difícil, mas a evidência sugere que a *Brexit* prejudicaria a economia do Estado, principalmente através da redução do comércio com os países da UE. Deixando a UE também impedir que o Reino Unido se beneficie de futuros acordos de livre comércio (ACL) negociados pela UE, como o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (APT), em fase de negociação com os Estados Unidos.

A Reforma da União Europeia

O Reino Unido já está fazendo progressos quanto às questões de reforma na UE. O foco está nos cortes de orçamento da UE, na redução da burocracia da UE e na realização do mercado único. O primeiro-ministro, Cameron, definiu quatro áreas específicas onde busca ver reformas mais substanciais:

1. Justiça: a UE deve equilibrar os interesses de quem está dentro e fora da zona euro;
2. Soberania: o reconhecimento de que o Reino Unido não suporta fazer parte de uma "união cada vez mais estreita", e os parlamentos nacionais devem ser capazes de trabalhar juntos para ter mais poderes;
3. Bem-estar/migração: os incentivos de bem-estar que atraem imigrantes da UE para o Reino Unido devem ser combatidos;
4. Competitividade: a UE deve ser uma fonte de emprego, crescimento e inovação, através da realização do mercado único e da assinatura de acordos comerciais externas¹⁵.

¹⁵ GOVERNO BRITÂNICO (2015). Transcript of press conference with Prime Minister, David Cameron at the European Council. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/european-council-june-2015-david-camerons-speech>>. Acesso em Outubro de 2015.

Implicações da saída para o Reino Unido e para a UE

Prever os efeitos prováveis da *Brexit* é uma tarefa difícil. Deixar a UE iria influenciaria a economia do Reino Unido de muitas maneiras. O comércio, o investimento estrangeiro direto (IED), a imigração e os regulamentos econômicos seriam diretamente afetados. Há também uma incerteza substancial sobre a forma que a relação do Reino Unido com a UE levaria após a *Brexit*. Dada à incerteza política inevitável, a maioria das análises de *Brexit* considera um leque de possibilidades refletindo diferentes políticas futuras¹⁶.

Impacto Econômico

Houve algumas tentativas de quantificar o que uma saída da UE faria para o tamanho da economia do Reino Unido, apesar das armadilhas óbvias de tentar colocar uma figura sobre uma situação hipotética, que tem uma série de variáveis - como a que tipo de acordos comerciais será negociado pós-*Brexit*. Dada variedade de potenciais situações de pós-*Brexit* há uma ampla gama de estimativas. Alguns argumentam que a economia vai sofrer perdas permanentes em um comércio e investimento mais fracos. Outros dizem que a liberdade das leis e burocracias, bem como dos custos, que vêm com a adesão à UE faria o Reino Unido mais próspero.

Começando com a análise de economistas do Centro de Desempenho Econômico (CEP), parte da Escola de Economia de Londres (LSE), calculou que o Reino Unido poderia sofrer quedas renda de entre 6,3% a 9,5% do PIB, similar à perda resultante da crise financeira global de 2008-09. Isto está sob um cenário pessimista dos pesquisadores, no qual o Reino Unido não é capaz de negociar condições comerciais favoráveis. Sob um cenário otimista, em que o Reino Unido continua a ter um acordo de comércio livre (ACL) com a UE, as perdas seriam de 2,2% do PIB¹⁷.

¹⁶ SWATI, D., Ottaviano, G., Sampson, T. (2015) Should We Stay or Should We Go? The economic consequences of leaving the EU. London: Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science.

¹⁷ OTTAVIANO, G., Pessoa J. , Sampson, T., Van Reenen J. (2014). Brexit or Fixit? The Trade and Welfare Effects of Leaving the European Union. London: Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science.

Entre aqueles que veem uma perda líquida ou um ganho líquido de *Brexit*, estão aqueles que salientam as consequências econômicas que ocorreriam de qualquer maneira. A *think tank Open Europe* observou, em março, por exemplo, que uma saída poderia aumentar o PIB do Reino Unido em determinadas circunstâncias. Eles afirmam que por um lado, o PIB do Reino Unido poderia ter 2,2% menor em 2030, se o Reino Unido sair da UE e não conseguir chegar a um acordo com a UE ou se reverter ao protecionismo. Em um cenário mais favorável, em que o Reino Unido conseguiria entrar em acordos comerciais liberais com a UE e com o resto do mundo, enquanto prossegue a desregulamentação em grande escala em casa, o Reino Unido poderia estar melhor com 1,6% do PIB em 2030¹⁸.

Há similarmente na análise mais diferenciada do economista Roger Bootle em seu livro, *The Trouble with a Europe* (2014)¹⁹. Sua perspectiva é que não vale a pena ficar na UE sem uma reforma fundamental.

De acordo com Bootle, em 2012, a economia do Reino Unido fez pagamentos de £16.4bi, pouco mais de 1% do PIB, para as instituições da UE. Por outro lado, o governo do Reino Unido recebeu uma redução das suas contribuições para o orçamento da UE de £3,1 bilhões e £0.9bi em outras receitas. O setor privado recebeu £ 2,9 bilhões das instituições da UE. Assim, no geral, o Reino Unido pagou uma rede de £9.6bi para a UE, cerca de 0,6% do PIB nominal. Ele conclui que estes não são o tipo de somas em que o destino de grandes nações depende - nem sobre o que deve ser feito importantes decisões sobre a adesão à UE.

Outro *think tank* pró-Europa, o Centro para a Reforma Europeia (CER), diz que, embora o Reino Unido seja um contribuinte líquido para a UE, após *Brexit* o país enfrentaria a pressão da UE para substituir o financiamento regional e os subsídios agrícolas pelos gastos domésticos. Haveria também uma depressão às finanças públicas se a imigração é cortada após a saída, dado que os migrantes são grandes contribuintes líquidos para o Tesouro e rejuvenescem o envelhecimento da

¹⁸ SWIDLICKI, Pawel , Ruparel,R., Booth, S., Howarth, C., Persson, M. (2015). What if...? The consequences, challenges and opportunities facing Britain outside the EU. Open Europe. Disponível em: <<http://openeurope.org.uk/intelligence/britain-and-the-eu/what-if-there-were-a-brexit/>>. Acesso em Outubro de 2015.

¹⁹ BOOTLE, Roger (2014). *The Trouble With Europe: Why the EU Isn't Working, How It Can Be Reformed, What Could Take Its Place*. London: Nicholas Brealey.

população da britânica, de acordo com um relatório por uma comissão CER ano passado²⁰.

Finalmente, existem as vozes sobre os custos para o Reino Unido da UE regulamentos. Tim Congdon, economista eleito pela segunda vez para a liderança do UKIP em 2010, publica um relatório anual para o partido em que ele identifica como custos de ser na UE. Sua última edição novamente destacou o "dano que o excesso e equivoco de regulamentação faz para as empresas britânicas, particularmente para as pequenas e médias empresas" e concluiu que o Reino Unido está em pior situação, em aproximadamente 11,5% do PIB - cerca de £185bi um ano – por ser um membro da UE, ao invés de ser uma nação soberana totalmente independente²¹.

Impacto Comercial

Este setor é repleto de hipóteses que são tão amplas que têm alimentado uma cadeia de reivindicações e contra reivindicações sobre o que um *Brexit* significaria para as exportações do Reino Unido.

Nigel Farage, líder do partido independente, UKIP, argumenta que, saindo da Europa, o Reino Unido se liberta de regras e regulamentos da UE, e vai fazer o seu caminho no mundo como uma nação comercial forte, independente, olhando para mercados de rápido crescimento como o Brasil e a Índia²².

A parte que é oposta ao *Brexit*, entretanto, afirmam que deixar a UE vai excluir o Reino Unido de seu mercado mais importante (da UE) e de outros mercados ao redor do mundo que têm acordos comerciais com a UE (mas não com o Reino Unido isolado). Mais uma vez, o resultado mais provável estará em algum lugar entre esses cenários. Muito depende do que um governo do Reino Unido poderia negociar uma vez fora da UE.

²⁰ CENTRE FOR EUROPEAN REFORM (2014). The economic consequences of leaving the EU - The final report of the CER commission report of the CER commission on the UK and the EU single market. Disponível em: <http://www.cer.org.uk/sites/default/files/smc_final_report_june2014.pdf>. Acesso em Setembro de 2015.

²¹ CONGDO, Tim (2014). How much does the European Union cost Britain? UK independence Party. Disponível em: <<http://www.timcongdon4ukip.com/docs/EU2014.pdf>>. Acesso em Outubro de 2015.

²² THE GUARDIAN (2012). UKPI Conference Farage Speech. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/blog/2012/sep/21/ukip-conference-farage-speech-live-blog2?newsfeed=true>>. Acesso em Outubro de 2015

A última pesquisa de cerca de 3.500 empresas, feita pelas câmaras de comércio britânicas destaca este fato. Mais da metade das empresas (57%) acreditam que continuar a ser membro da UE, com mais poderes trazidos de volta para Westminster, seria positivo. No entanto, 28% das empresas também visualizam a saída, combinada a um acordo formal de livre comércio UE - Reino Unido como, um cenário positivo. Mas apenas metade dessa proporção, 13%, visualiza a saída, sem esse acordo, como positivo²³.

Antes de considerar como uma imagem comércio pós-*Brexit* pode parecer, vale a pena ter uma ideia de como o cenário está agora.

O Instituto de Estatísticas de Dados Nacionais mostra que as exportações de bens para a UE tiveram o valor de £147.9bi em 2014, em comparação com £154.6bi em 2013. As exportações de bens para países não membros da UE equivaleram £144.9bi em 2014, abaixo dos £152.2bi em 2013. Os seis principais parceiros comerciais de exportação do Reino Unido são os EUA, Alemanha, Holanda, França, Irlanda e China, de acordo com os últimos números sobre as exportações de bens²⁴.

Porém, considerar apenas os bens de comércio, em que números são mais facilmente disponíveis, negligencia a importância dos serviços, setor dominante do Reino Unido. O comércio de serviços do Reino Unido, que abrange áreas como TI e contabilidade, ocupa o segundo lugar em termos de sua participação nas exportações mundiais, atrás de os EUA, de acordo com um relatório do grupo de previsão EY ITEM Club²⁵.

Em seu livro, *The Trouble with Europe*, Bootle tenta avaliar o que isso significa tudo para a economia do Reino Unido. Olhando para exportações de bens e de serviços, bem como para o que o Reino Unido ganha em investimentos no exterior, a proporção do total das receitas do exterior que vêm da UE é pouco mais de 40%, diz

²³ BRITISH CHAMBERS (2015). Firms favour staying in the EU, but demand reform. Disponível em: <<http://www.britishchambers.org.uk/press-office/press-releases/bcc-firms-favour-staying-in-the-eu,-but-demand-reform.html>>. Acesso em Outubro de 2015.

²⁴ OFFICE OF NATIONAL STATISTICS (2015). Statistical Bulletin: UK Trade, February 2015. Disponível em: <http://www.ons.gov.uk/ons/dcp171778_398445.pdf>. Acesso em Outubro de 2015.

²⁵ EY (2014). UK set to return to form as leader in services exports. Disponível em: <<http://www.ey.com/UK/en/Newsroom/News-releases/14-06-30---UK-set-to-return-to-form-as-global-leader-in-services-exports>>. Acesso em Outubro de 2015.

Bootle²⁶. Embora este fato provavelmente exceda a verdadeira importância da UE no comércio britânico, diz o economista, dadas as distorções para os números de fatores, tais como empresas do Reino Unido que exportam para portos na UE, apenas para reexportação para além da região.

Sobre o que aconteceria depois de uma saída britânica da UE, Bootle é bastante otimista. O Reino Unido é o resto do maior mercado de exportação único da UE, observa ele, algo que aumenta a chance de o Reino Unido garantir um acordo de livre comércio com a UE. Não conseguir um acordo desse tipo não seria desastroso, acrescenta. Seria colocar o Reino Unido na mesma posição que os EUA está atualmente, juntamente com a Índia, a China e o Japão, países que conseguem exportar para a UE de forma relativamente fácil.

O Centro para a Reforma Europeia adverte os custos do comércio subiriam após um *Brexit* e o Reino Unido teria menos poder de barganha para acordos comerciais do que como parte de uma entidade maior, a UE.²⁷ O *Business for New Europe* é uma coalizão de líderes de negócios que pressiona o Reino Unido para ficar em uma UE reformada, este grupo é similarmente cético sobre a influência em negociações no pós-*Brexit*. Argumentam que há uma série de acordos de comércio livre em fase de negociação por parte da UE, entre eles com os EUA e o Japão. O Reino Unido, com 65 milhões de consumidores, estariam muito longe de ter o poder de negociação que a UE tem com os seus 500 milhões de consumidores teria²⁸.

A Confederação da Indústria Britânica, CBI, prevê negociações complicadas se o Reino Unido quer manter suas condições atuais de negociação depois de uma saída da UE²⁹.

²⁶ BOOTLE, Roger (2014). *The Trouble With Europe: Why the EU Isn't Working, How It Can Be Reformed, What Could Take Its Place*. London: Nicholas Brealey.

²⁷ CENTRE FOR EUROPEAN REFORM (2014). *The economic consequences of leaving the EU - The final report of the CER commissionnal report of the CER commission on the UK and the EU single market*. Disponível em: <http://www.cer.org.uk/sites/default/files/smc_final_report_june2014.pdf>. Acesso em Setembro de 2015.

²⁸ BUSINESS FOR NEW EUROPE (2014). *Engagement and reform*. Disponível em: <http://www.businessforneweurope.org/engagement_and_reform>. Acesso em Novembro de 2015.

²⁹ CBI (2014). *Factsheet 4 - No alternative to EU membership offers better balance of pros and cons*. Disponível em: <<http://news.cbi.org.uk/campaigns/our-global-future/factsheets/factsheet-4-no-alternative-to-eu-membership-offers-better-balance-of-pros-and-cons/>>. Acesso em Novembro de 2015.

Impacto Político

Se o Reino Unido votar em deixar a UE, terá de negociar uma nova relação comercial e política com o que seria agora uma organização de 27 membros, para permitir que as empresas britânicas vendam produtos e serviços para países da UE sem serem atingidas por tarifas excessivas e outras restrições.

Há vários cenários possíveis:

- O modelo norueguês: o Reino Unido sai da UE e junta-se ao Espaço Econômico Europeu, tendo o acesso ao mercado único, com exceção de alguns serviços financeiros, mas liberado de regras da UE sobre agricultura, pescas, justiça e assuntos internos;
- O modelo suíço: O Reino Unido segue o exemplo da Suíça, que não é membro da UE, mas negocia tratados de comércio em uma base em setor por setor;
- O modelo turco: o Reino Unido poderia entrar em uma união aduaneira com a UE, tendo o acesso ao mercado livre de bens manufaturados, mas não a serviços financeiros;
- O Reino Unido poderia tentar negociar um Acordo de Livre Comércio com a UE, semelhante ao modelo suíço, mas com um melhor acesso aos serviços financeiros e maior influência sobre a forma como as regras e normas são implementadas;
- O Reino Unido poderia fazer uma ruptura clara com a UE, contando com a sua adesão à Organização Mundial do Comércio como uma base para o comércio ³⁰.

Referente a influencia política, o Reino Unido pode perder parte de sua influência militar visto que muitos acreditam que os Estados Unidos considerariam Reino Unido como um aliado menos útil se ele for separado da UE³¹.

³⁰ BBC (2015). UK and the EU: Better off out or in? Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-32793642>>. Acesso em Outubro de 2015.

³¹ THE WEEK (2014). EU Referendum: the pros and cons of Britain leaving Europe. Disponível em:<<http://www.theweek.co.uk/eu-referendum>>. Acesso em Novembro de 2015.

Despojado de influência em Bruxelas, Berlim e Paris, o Reino Unido iria encontrar-se cada vez mais ignorado por Washington e marginalizado em grandes questões transnacionais como o meio ambiente, segurança e comércio. Porém o Reino Unido continuaria a ser uma parte fundamental da OTAN, do Conselho de Segurança da ONU e uma potência nuclear, com uma poderosa voz global.

De acordo com Alyn Smith, membro do Partido Nacional Escocês e membro britânico do parlamento europeu desde 2004, há uma possibilidade muito realista que o Reino Unido deixe a União Europeia, mas a Escócia quase certamente irá votar em ficar. Isso causaria uma real fúria na Escócia e poderia reabrir a questão da independência da Escócia do Reino Unido³². Nicola Sturgeon, Primeira Ministra da Escócia concorda, diz que o afastamento da União Europeia (UE) pelo Reino Unido poderia desencadear um segundo referendo sobre a independência da Escócia. Se o Reino Unido decide deixar a UE e a Escócia tem uma visão diferente, então, inevitavelmente, as pessoas vão pensar que talvez seja hora de independência, para que se possa preservar a adesão à UE, por sua extrema importância econômica³³.

Conclusão

Através da apresentação da história da criação e da composição da União Europeia, do contexto e processo de entrada do Reino Unido como Estado-Membro no bloco foi possível compreender a dinâmica de blocos econômicos, especialmente em matéria econômica, comercial e política.

Foi apresentada, adicionalmente, a análise do histórico e da conjuntura atual do Reino Unido no bloco europeu, com ênfase nos acontecimentos que determinaram e motivam o Estado a discutir a saída, como, principalmente, a primazia por uma reforma no bloco.

³² EUROACTIV (2015). Brexit would reopen question on Scottish independence. Disponível em: <<http://www.euractiv.com/sections/social-europe-jobs/smith-brexit-would-re-open-question-scottish-independence-317655>>. Acesso em Outubro de 2015

³³ CNBC (2015). Brexit may lead to Scottish independence sturgeon. Disponível em: <<http://www.cnbc.com/2015/07/30/brex-it-may-lead-to-scottish-independence-sturgeon.html>>. Acesso em Outubro de 2015.

Finalmente as principais consequências econômicas e comerciais para o Reino Unido e para a União Europeia da saída do Estado de tal bloco foram analisadas por diversos autores e pesquisadores da política internacional contemporânea.

Pode-se concluir que tal saída poderia arremeter implicações tanto positivas para o Reino Unido, como na questão da criação de futuros acordos comerciais bilaterais que fortaleceriam o comércio com países como Estado Unidos e Japão; quanto negativas como no mote econômico, na qual tal saída acarretaria em uma suposta queda drástica do PIB do país; e político, como no provável retorno das discussões de separatismo da Escócia.

Para a União Europeia, o mesmo se verificou, em torno, sobretudo, de questões de regulamentos econômicos e investimento estrangeiro direto, a saída do Estado do bloco geraria diversas consequências positivas e negativas.

Assim, este estudo apresenta uma avaliação das principais consequências comerciais e econômicas da saída de um Estado-Membro de um bloco econômico como a União Europeia, com base na conjuntura atual do Reino Unido.

Referências

BAIER, S. L., Bergstrand, J. H., Egger, P., and McLaughlin, P. A. (2008). *Do Economic Integration Agreements Actually Work? Issues in Understanding the Causes and Consequences of the Growth of Regionalism*. Oxford: Wiley-Blackwell.

BBC (2015). UK and the EU: Better off out or in? Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-32793642>>. Acesso em Outubro de 2015.

BOOTLE, Roger (2014). *The Trouble With Europe: Why the EU Isn't Working, How It Can Be Reformed, What Could Take Its Place*. London: Nicholas Brealey.

BUSINESS FOR NEW EUROPE (2014). Engagement and reform. Disponível em: <http://www.businessforneweurope.org/engagement_and_reform>. Acesso em Novembro de 2015.

BRITISH CHAMBERS (2015). Firms favour staying in the EU, but demand reform Disponível em: <<http://www.britishchambers.org.uk/press-office/press-releases/bcc-firms-favour-staying-in-the-eu,-but-demand-reform.html>>. Acesso em Outubro de 2015.

CBI (2014). Factsheet 4 - No alternative to EU membership offers better balance of pros and cons. Disponível em: <<http://news.cbi.org.uk/campaigns/our-global-future/factsheets/factsheet-4-no-alternative-to-eu-membership-offers-better-balance-of-pros-and-cons/>>. Acesso em Novembro de 2015.

CENTRE FOR EUROPEAN REFORM (2014). The economic consequences of leaving the EU - The final report of the CER commissionnal report of the CER commission on the UK and the EU single market. Disponível em: <http://www.cer.org.uk/sites/default/files/smc_final_report_june2014.pdf>. Acesso em Setembro de 2015.

CNBC (2015). Brexit may lead to Scottish independence sturgeon. Disponível em: <<http://www.cnbc.com/2015/07/30/brexit-may-lead-to-scottish-independence-sturgeon.html>>. Acesso em Outubro de 2015.

CRINES, Andrew (2011). Michael Foot and the Labour leadership. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars.

CONGDO, Tim (2014). How much does the European Union cost Britain? UK independence Party. Disponível em: <<http://www.timcongdon4ukip.com/docs/EU2014.pdf>>. Acesso em Outubro de 2015.

EUROACTIV (2015). Brexit would reopen question on Scottish independence. Disponível em: <<http://www.euractiv.com/sections/social-europe-jobs/smith-brexit-would-re-open-question-scottish-independence-317655>>. Acesso em Outubro de 2015.

EUR-LEX (1993). Tratado de Maastricht. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026>>. Acesso em Setembro de 2015.

EUR-LEX (1957). Tratado de Roma. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:xy0023>>. Acesso em Setembro de 2015.

EUR-LEX (1972). Tratado de adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11972B/TXT>>. Acesso em Outubro de 2015.

EUR-LEX (1951). Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:xy0022>>. Acesso em Outubro de 2015.

EUROPEAN COMMISSION (1999). Press Release. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_DOC-93-3_en.htm?locale=en>. Acesso em Outubro de 2015.

EUROPEAN COMMISSION (2000). Winston Churchill: calling for a United States of Europe Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_en.pdf>. Acesso em Outubro de 2015.

EY (2014). UK set to return to form as leader in services exports. Disponível em: <<http://www.ey.com/UK/en/Newsroom/News-releases/14-06-30---UK-set-to-return-to-form-as-global-leader-in-services-exports>>. Acesso em Outubro de 2015.

GOVERNO BRITÂNICO (2015). Transcript of press conference with Prime Minister, David Cameron at the European Council. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/european-council-june-2015-david-camersons-speech>>. Acesso em Outubro de 2015.

JATOBÁ, Daniel (2013). Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Saraiva.

MALLMANN, Maria Izabel (2007). Tratado de Roma, 50 anos. Brasília: Meridiano 47.

MILLER, Vaughne (2013). Leaving the EU. London: House of Commons. Research Paper 13/42. Disponível em: <<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/RP13-42>>. Acesso em Setembro 2015.

OFFICE OF NATIONAL STATISTICS (2015). Statistical Bulletin: UK Trade, February 2015. Disponível em: <http://www.ons.gov.uk/ons/dcp171778_398445.pdf>. Acesso em Outubro de 2015.

OTTAVIANO, G., Pessoa J. , Sampson, T., Van Reenen J. (2014). Brexit or Fixit? The Trade and Welfare Effects of Leaving the European Union. London: Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science.

OTTAVIANO, G., Pessoa J. , Sampson, T., Van Reenen J. (2014). The Costs and Benefits of Leaving the EU. London: Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science.

OWEN, Jone (2014). Ascensão do nacionalismo no Reino Unido. Indignação social, voto à direita. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil - Ed. 88.

POLLACK, Mark, Wallace, H , Young, A. (2015). Policy-making in the European Union. Seventh Edition, Oxford: Oxford Press.

SWATI, D., Ottaviano, G., Sampson, T. (2015) Should We Stay or Should We Go? The economic consequences of leaving the EU. London: Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science.

SWIDLICKI, Pawel , Ruparel,R., Booth, S., Howarth, C., Persson, M. (2015). What if...? The consequences, challenges and opportunities facing Britain outside the EU. Open Europe. Disponível em: <<http://openeurope.org.uk/intelligence/britain-and-the-eu/what-if-there-were-a-brexit/>>. Acesso em Outubro de 2015.

THE GUARDIAN (2015). Brexit – what would happen if Britain left the EU? Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2015/may/14/brexit-what-would-happen-if-britain-left-eu-european-union-referendum-uk>>. Acesso em Outubro 2015.

THE GUARDIAN (2012). EU referendum Poll. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2012/nov/17/eu-referendum-poll>>. Acesso em Outubro de 2015.

THE GUARDIAN (2012). UKPI Conference Farage Speech. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/blog/2012/sep/21/ukip-conference-farage-speech-live-blog2?newsfeed=true>>. Acesso em Outubro de 2015.

THE TELEGRAPH (2013). David Cameron's speech in full. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/eu/9820230/David-Camerons-EU-speech-in-full.html>>. Acesso em Agosto de 2015.

THE WEEK (2014). EU Referendum: the pros and cons of Britain leaving Europe. Disponível em: <<http://www.theweek.co.uk/eu-referendum>>. Acesso em Novembro de 2015.

TREASURY, HM (2010). EU Membership and FDI. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/220966/foi_eumembership_fdi.pdf>. Acesso em Setembro de 2015.

WENDT, Alexander (1999). Social Theory of International Politics. Cambridge: Cambridge University Press.